

Origem: Secretaria de Estado da Saúde

Natureza: Representação

Representante: Ministério Público de Contas Representada: Secretaria de Estado da Saúde

Responsável: Geraldo Antônio de Medeiros (Secretário)

Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes

REPRESENTAÇÃO. MEDIDA CAUTELAR. Secretaria de Estado da Saúde. Aquisição de equipamento para proteção individual ao coronavírus (COVID-19). Dispensa de Licitação. Indícios de excesso de preço. Recursos do Sistema Único de Saúde Transferidos ao Estado. Recursos Federais. Medida Cautelar parcialmente concedida para alertar a Secretaria de Estado da Saúde sobre os fatos constantes da representação, do relatório da Auditoria e desta decisão, e a necessidade da recepção dos equipamentos. Comunicação ao Ministério Público Federal, à Controladoria Geral da União, ao Tribunal de Contas da União e à Procuradoria Geral de Justiça. Submissão ao Tribunal Pleno. Medida cautelar referendada, nos termos do art. 7°, I, 'e', do Regimento Interno do TCE/PB.

ACÓRDÃO APL - TC 00111/20

<u>RELATÓRIO</u>

Cuida-se de representação manejada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, através dos Procuradores MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO, MARCÍLIO TOSCANO FRANCA FILHO e LUCIANO ANDRADE FARIAS em face da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, sob a gestão do Secretário, Senhor GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS, em razão da aquisição de Equipamento de Proteção Individual - EPI, em caráter emergencial, para atender as necessidades ao combate da pandemia de infecção humana, pelo coronavírus, com recursos do convênio incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial - C/C 13.581-X, junto à empresa NACIONAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (CNPJ 18.588.224/0001-21), com endereço na rua TUIUTI, 772, Petrópolis, Natal/RN, especificamente, 40.000 máscaras respiratórias, categoria PFF2 com camada de carvão ativado com filtro tipo N95, ao preço unitário de R\$54,99, totalizando R\$2.199.800,00.



Em síntese (fls. 3/18), o representante alegou a existência de sobrepreço em torno de R\$1.200.000,00, porquanto, em pesquisa no mercado local e usando o aplicativo preço de referência, encontrou o equipamento ao preço unitário entre R\$23,54 e R\$24,99. Juntou a nota de empenho cadastrada pela Secretaria de Estado da Saúde, a nota fiscal emitida pela empresa e as pesquisas realizadas.

Ao final requereu que fosse "concedida MEDIDA CAUTELAR para determinar ao Estado da Paraíba (Secretaria de Estado da Saúde ou qualquer outra unidade gestora) que se abstenha de promover qualquer ato administrativo visando o pagamento a NACIONAL COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI (CNPJ: 18.588.224/0001-21) em face da NE 05503 — devendo o Ente suspender IMEDIATAMENTE quaisquer procedimentos em curso ou por vir, editados nesse sentido, pelo menos até que haja a análise do procedimento/preço de aquisição por parte da Auditoria deste TCE/PB, sob pena da aplicação de multa ao ordenador em caso de descumprimento de decisão desta Corte, bem como da imputação do dano eventualmente causado ao erário decorrente da inobservância das determinações do TCE/PB, sem prejuízo de repercussões negativas recaírem nas contas anuais prestadas pela autoridade competente". No mérito, vindicou a confirmação da cautelar, o provimento da representação e a citação do Secretário de Saúde.

Esta relatoria encaminhou a matéria a Auditoria para analisar a representação, em razão do pedido cautelar, informando, através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado - SIAFI ou por outro meio eficaz, se já houve pagamento da Nota de Empenho referenciada.

A Auditoria anexou os documentos de fls. 21/133 e emitiu relatório às fls. 134/156, subscrito pelo Auditor de Contas Públicas PAULO GERMANO DA COSTA ALVES FILHO, chancelado pelas Auditoras de Contas Públicas LUDMILLA COSTA DE CARVALHO FRADE (Chefe de Divisão) e MARIA ZAIRA CHAGAS GUERRA PONTES (Chefe de Departamento).

Depois de examinar os elementos iniciais constantes dos autos, o relator proferiu a Decisão Singular DSPL - TC 00015/20, em 07/05/2020, nos seguintes moldes:

Reproduza-se o substancioso relatório produzido pela sempre diligente Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba:

I. Considerações iniciais

Trata-se de processo decorrente de Representação com pedido de emissão de cautelar, apresentada pelo Ministério Público de Contas junto ao TCE/PB, em vista de aquisição, pela Secretaria de Estado da Saúde, de 40 (quarenta) mil máscaras N95 PFF2 com carvão ativado, com indícios de sobrepreço superior a 50%, aferido pelo *Parquet* por meio de utilização da ferramenta "Preço de Referência" e cotação local.



Diante da peça apresentada às fls. 3/18, o Conselheiro Relator proferiu despacho (fl. 19/20):

À DICOG2 para analisar a representação, com a urgência que o caso requer em razão do pedido cautelar, informando, através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado - SIAFI ou por outro meio eficaz, se já houve pagamento da Nota de Empenho referenciada.

Diante da determinação acima, passa esta Auditoria a analisar a matéria.

II. Análise da Auditoria

Inicialmente, em atenção ao despacho do Conselheiro Relator (fls. 19/20), esta Auditoria informa que de acordo com informações extraídas do SIAF 4.0, às 12h:07min de 05 de maio de 2020, não houve qualquer pagamento em relação à nota de empenho n° 05503, conforme demonstra a tela abaixo.



...



Analisando a documentação apresentada pelo *Parquet* (fls. 05/07 e 14/17), esta Auditoria entende que não há elementos suficientes para afirmar que as mercadorias ali pesquisadas (Máscara PFF2 N95) se tratam das mesmas adquiridas nos termos da nota fiscal nº 5920 (fl. 14), diante da descrição "com camada de carvão ativado".

Em pesquisa realizada no site www.deltaplusbrasil.com.br/, às 14h de 05/05/2020, esta Auditoria identificou matéria publicada em 27/02/2019, que traz especificidades sobre os tipos de máscaras (PFF2 e PFF2 "Carvão") e as suas principais diferenças, consoante telas abaixo:

PFF2

PFF2(S)



O respirador PFF2 (S) é indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras e névoas não oleosas, que não emitam gases e/ou vapores; fumos metálicos ou plásticos; sílica,

fibras têxteis, cimento refinado (Portland®); minério de ferro, minério de carvão, minério de alumínio, sabão em pó, talco, cal, soda cáustica, poeiras vegetais (como trigo, arroz, milho, bagaço de cana etc.); poeiras de aviário contendo restos de ração, fezes, plumas e penas de aves; poeiras de lixamento e esmerilhamento, névoas de ácido sulfúrico (com óculos de proteção adequado), dentre outros. Recomendada, ainda, para redução da exposição ocupacional a aerossóis contendo agentes biológicos potencialmente patogênicos. Deve ser usada mediante o conhecimento e aprovação das áreas de higiene, segurança e medicina do trabalho e/ou responsável pela empresa.

Não utilizar: Para proteção contra amianto (asbesto), bem como, não é recomendada para uso hospitalar em procedimentos médicos ou odontológicos.



PFF2 "Carvão"

PFF2 (S) "Carvão"



O respirador PFF2 (S) é indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras e névoas não oleosas, que não emitam gases e/ou vapores; fumos metálicos ou plásticos; sílica,

fibras têxteis, cimento refinado (Portland®); minério de ferro, minério de carvão, minério de alumínio, sabão em pó, talco, cal, soda cáustica, poeiras vegetais (como trigo, arroz, milho, bagaço de cana etc.); poeiras de aviário contendo restos de ração, fezes, plumas e penas de aves; poeiras de lixamento e esmerilhamento, névoas de ácido sulfúrico (com óculos de proteção adequado), dentre outros. Indicada também para alívio de odores incômodos provenientes de certos vapores orgânicos em concentrações até o nível de ação (metade do limite de exposição ocupacional - LT ou TLV) destes contaminantes. Recomendada, ainda, para redução da exposição ocupacional a aerossóis contendo agentes biológicos potencialmente patogênicos. Deve ser usada mediante o conhecimento e aprovação das áreas de higiene, segurança e



medicina do trabalho e/ou responsável pela empresa.

Não utilizar: Para proteção contra amianto (asbesto), bem como, não é recomendada para uso hospitalar em procedimentos médicos ou odontológicos.

Importante: Respiradores PFF2 (S) ou PFF3 (S), quando utilizados em ambiente hospitalar, em procedimentos não cirúrgicos e em caso em que o contaminante é um agente patológico, não devem possuir válvula de exalação.

Então o que é PFF2-Carvão?

São respiradores PFF2 que possuem a mesma eficiência mínima de 94%, porém dotados de uma manta de carvão ativo que auxilia no alívio de odores incômodos provenientes de certos tipos de vapores orgânicos em concentração até o nível de ação (metade do limite de exposição ocupacional – LT ou TLV).

É importante ressaltar que o Ministério do Trabalho e Emprego, conforme comunicado XXI emitido em 17/05/2013, não mais atestará respiradores que possuam qualquer indicação para vapores orgânicos (VO), ou seja, nos Certificado de Aprovação destes produtos não haverá nenhuma menção referente a vapores orgânicos ou até mesmo odores de vapores orgânicos.

Estes respiradores não são indicados para proteção contra vapores orgânicos.

De acordo com Cartilha de Proteção Respiratória contra Agentes Biológicos para Trabalhadores da Saúde, produzida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA em 2009 (fls. 21/116), o equipamento de proteção respiratória -



EPR indicado para o agente etiológico "Coronavírus" é o PFF2 para isolamentos de rotina, sendo possível a utilização de EPR, com nível de proteção mais elevado, inclusive com o intuito de purificar o ar, para certos procedimentos com grande geração de aerossóis. Como demonstrado acima, a máscara com filtro de carvão ativado possui essa capacidade de purificação do ar e eliminação de odores

AGENTE ETIOLÓGICO	A SER PREVENIDA	EPR RECOMENDADO		
Bacillus anthracis	Antraz	PFF2 ou PFF3		
		Purificadores de ar motorizados com peça facial inteira e filtro de classe P3 para procedimentos de alto risco		
Coronavirus	SRAG/SARS	PFF2 para procedimentos de isolamento de rotina		
		 EPR com nivel de proteção mais elevado (purificador de ar motorizado ou peça facial inteira com filtro P2) para certos procedimentos com grande geração de aerossóis 		
Vírus da influenza -	Gripe Aviária	PFF2 ou PFF3		
cepa H5N1		Purificadores de ar motorizados ou EPR com linha de ar comprimido com pressão positiva para procedimentos de alto risco		
Virus da influenza A - cepa H1N1	Gripe suina	PFF2 ou PFF3		

Ver item 4.

Fonte: Colton e Weber, 2004

De acordo com as recentes resoluções editadas no âmbito da ANVISA (Resolução RDC n° 356, de 23 de março de 2020; e a Resolução RDC n° 379, de 30 de abril de 2020 - fls. 118/122 e 124/132) para a proteção dos profissionais de saúde, em face da patologia Sars-Cov-2 - agente etiológico Covid-19 - são indicados os mesmos equipamentos de proteção respiratória, isto é, máscara N95 e/ou PFF2.

Há de se destacar, ainda, que a mesma cartilha traz informações acerca da equivalência entre a máscara conhecida como N95 e a PFF2.



18. QUAL PFF É EQUIVALENTE À N95?

A máscara conhecida como N95 refere-se a uma classificação de filtro para aerossóis adotada nos EUA e equivale, no Brasil, à PFF2 ou ao EPR do tipo peça semifacial com filtro P2 (Figura 11), pois ambos apresentam o mesmo nível de proteção. A PFF2 é usada também para proteção contra outros materiais particulados, como poeiras, névoas e fumos, encontrados nos ambientes de trabalho das áreas agrícola e industrial.

19. POR QUE A PFF2 É RECOMENDADA TANTO PARA PROTEÇÃO CONTRA AEROSSÓIS CONTENDO AGENTES BIOLÓGICOS QUANTO PARA PROTEÇÃO CONTRA OUTROS MATERIAIS PARTICULADOS?

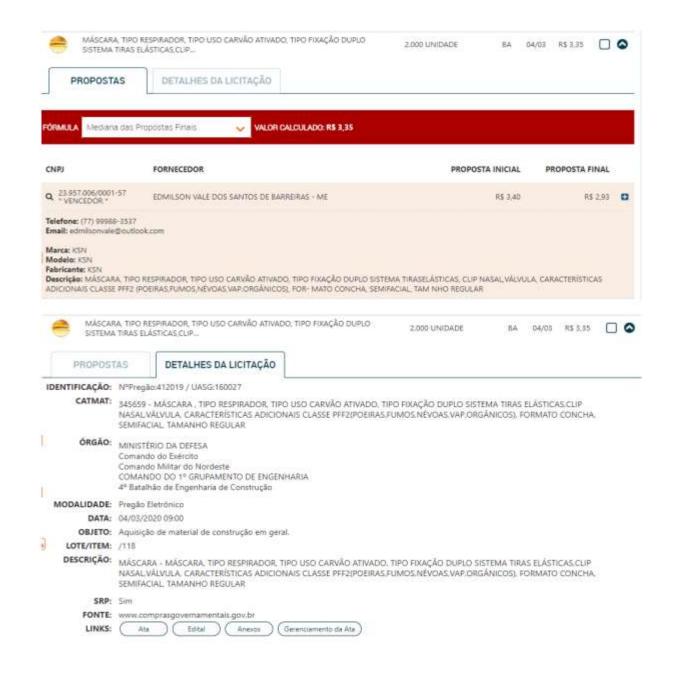
Porque a captura, pelo filtro da PFF2, tanto de partículas não biológicas (poeiras, névoas e fumos) como de microorganismos (esféricos, cilindricos, filamentosos) na forma de aerossóis depende dos parâmetros físicos da partícula (tamanho e forma), não sendo importante se a mesma é "viva" ou não.

A fim de aclarar a prova indiciária, esta Auditoria efetivou pesquisa, através da ferramenta Banco de Preços, disponível em www.bancodeprecos.com.br, e, ao refinar a consulta com as informações a respeito da máscara PFF2 com filtro de carvão ativado, obteve os seguintes resultados:

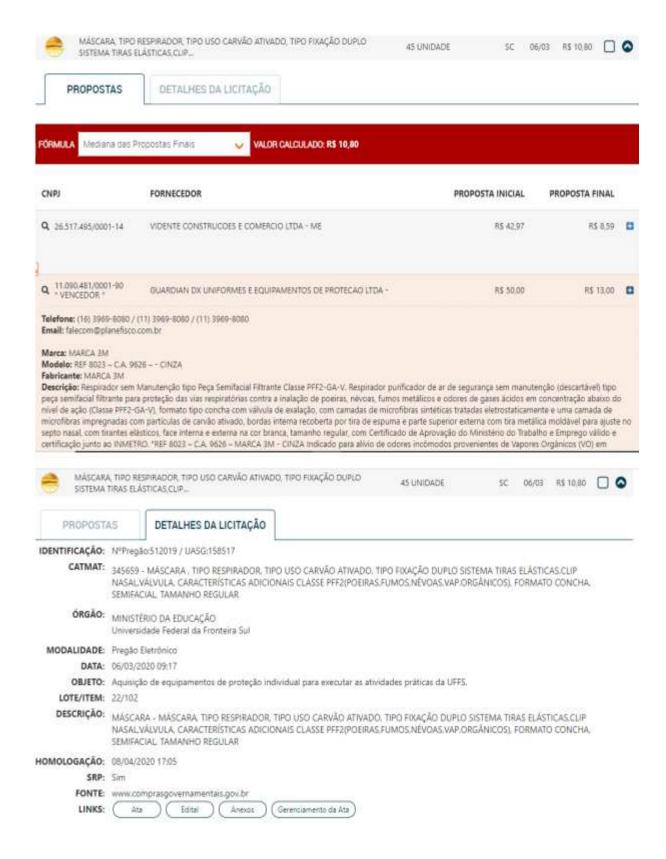
PRODUTO		QUANTIDADE	UF	DATA	UNIT.	
0	MÁSCARA, TIPO RESPIRADOR, TIPO USO CARVÃO ATIVADO, TIPO FIXAÇÃO DUPLO SISTEMA DE TIRAS ELÁSTICAS,	5 UNIDADE	RJ	02/04	R\$ 2,81	0
-	MÁSCARA, TIPO RESPIRADOR, TIPO USO CARVÃO ATIVADO, TIPO FIXAÇÃO DUPLO SISTEMA TIRAS ELÁSTICAS,CLIP	2.000 UNIDADE	ВА	04/03	R\$ 3,35	
-	MÁSCARA, TIPO RESPIRADOR, TIPO USO CARVÃO ATIVADO, TIPO FIXAÇÃO DUPLO SISTEMA TIRAS ELÁSTICAS,CLIP	45 UNIDADE	SC	06/03	R\$ 10,80	0
-	MÁSCARA, TIPO RESPIRADOR, TIPO USO CARVÃO ATIVADO, TIPO FIXAÇÃO DUPLO SISTEMA TIRAS ELÁSTICAS,CLIP	7.200 UNIDADE	PR	01/03	R\$ 4,30	
=	MÁSCARA, TIPO RESPIRADOR, TIPO USO CARVÃO ATIVADO, TIPO FIXAÇÃO DUPLO SISTEMA DE TIRAS ELÁSTICAS,	105 UNIDADE	sc	10/02	R\$ 3,82	0
	MÁSCARA, TIPO RESPIRADOR, TIPO USO CARVÃO ATIVADO, TIPO FIXAÇÃO DUPLO SISTEMA TIRAS ELÁSTICAS,CLIP	160 UNIDADE	RN	17/02	R\$ 22,20	
-	Máscará descartável PFF2 - Respirador descartável, semi facial, dobrável, confeccionada com manta	6.300 UNIDADE	RO	31/01	R\$ 1,76	0
-	MÁSCARA, TIPO RESPIRADOR, TIPO USO CARVÃO ATIVADO, TIPO FIXAÇÃO DUPLO SISTEMA TIRAS ELÁSTICAS,CLIP	5.000 UNIDADE	DF	28/01	R\$ 2,70	0
-	MÁSCARA, TIPO RESPIRADOR, TIPO USO CARVÃO ATIVADO, TIPO FIXAÇÃO DUPLO SISTEMA DE TIRAS ELÁSTICAS,	10,000 PACOTE 10,00 UN	MG	22/01	R\$ 4,00	0
-	MÁSCARA COM CARVÃO ATIVADO COM VÁLVULA, RESPIRADOR CLASSE PFF2 CARVÃO: tipo filtro químico de baixa	1.456 UNIDADE	RÓ	20/01	R\$ 1,97	
-	MÁSCARA COM CARVÃO ATIVADO COM VÁLVULA, RESPIRADOR CLASSE PFF2 CARVÃO: tipo filtro químico de baixa	10 UNIDADE	RO	14/01	R\$ 15,52	0
0	MÁSCARA, TIPO RESPIRADOR, TIPO USO CARVÃO ATIVADO, TIPO FIXAÇÃO DUPLO SISTEMA TIRAS ELÁSTICAS,CLIP	100 UNIDADE	GO	24/12	R\$ 4,49	0
-	MÁSCARA, TIPO RESPIRADOR, TIPO USO CARVÃO ATIVADO, TIPO FIXAÇÃO DUPLO SISTEMA DE TIRAS ELÁSTICAS,	500 UNIDADE	CE	18/12	R\$ 5,33	0



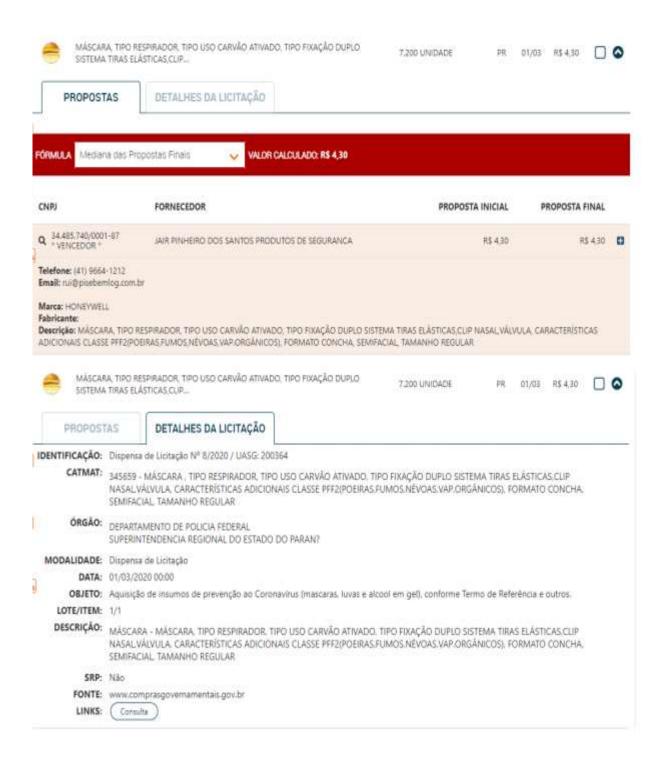
Desta relação, a Auditoria filtrou aquelas aquisições que mais se assemelham às características da mercadoria descrita na nota fiscal nº 5920 (fl.14) Ressalte-se, que o referido documento fiscal não traz qualquer detalhamento no tocante à marca ou ao fabricante do produto, razão pela qual a pesquisa gerou informações relativas a vários fabricantes e marcas, o que determina, entre outros fatores, a variação dos preços encontrados.



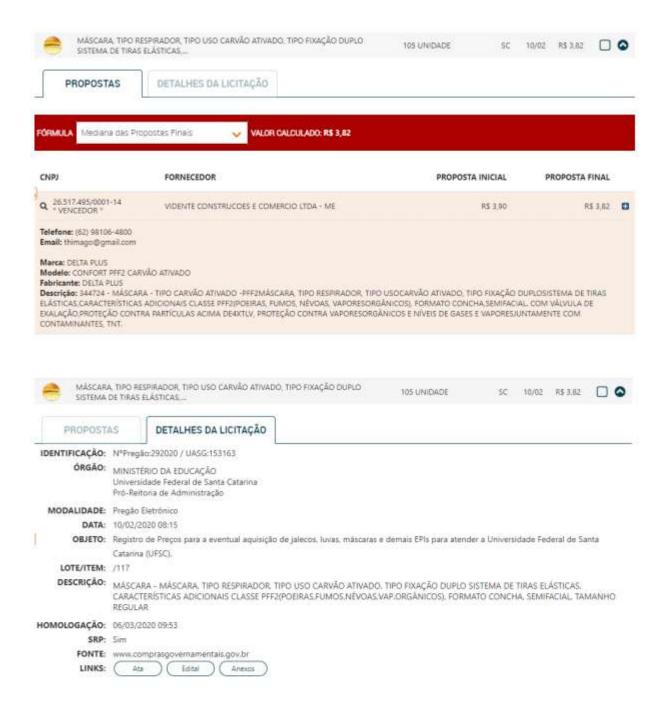




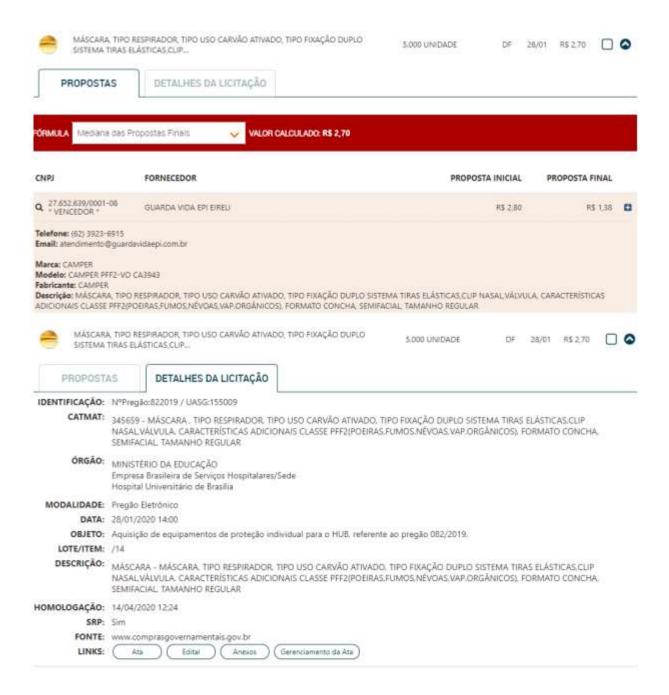




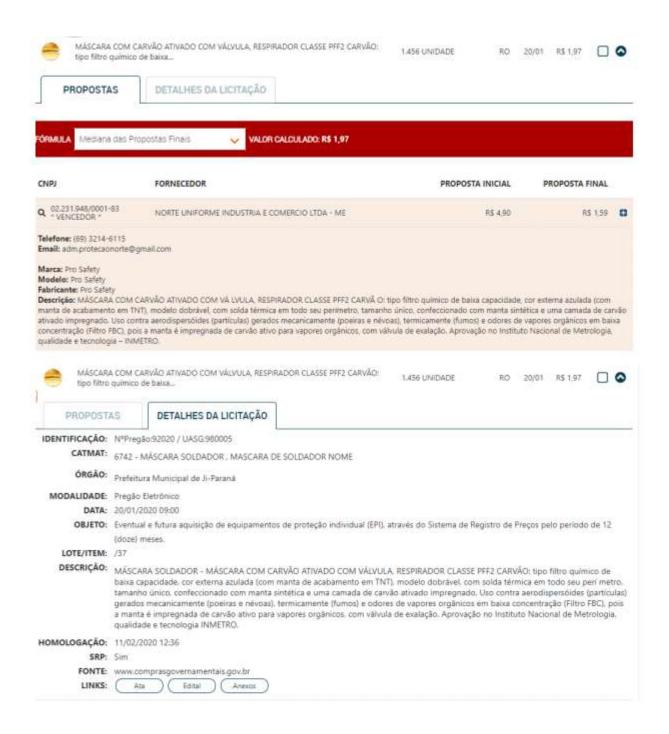




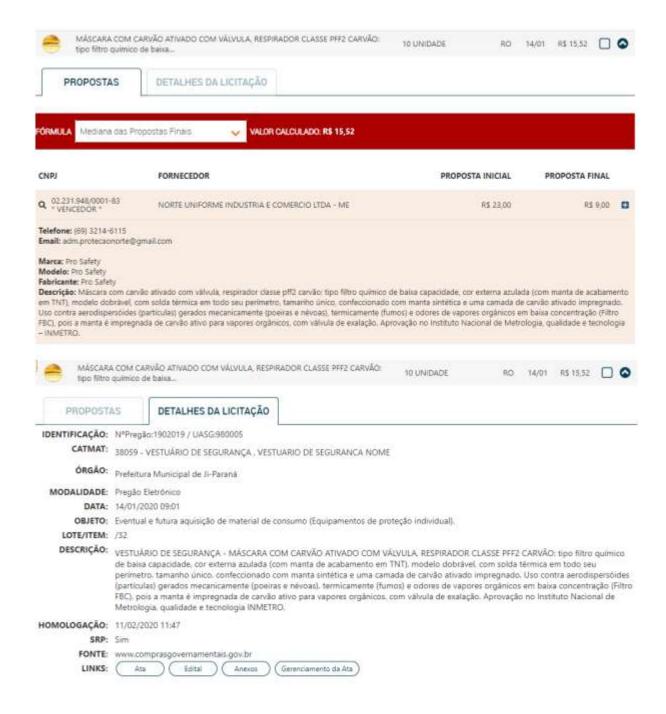




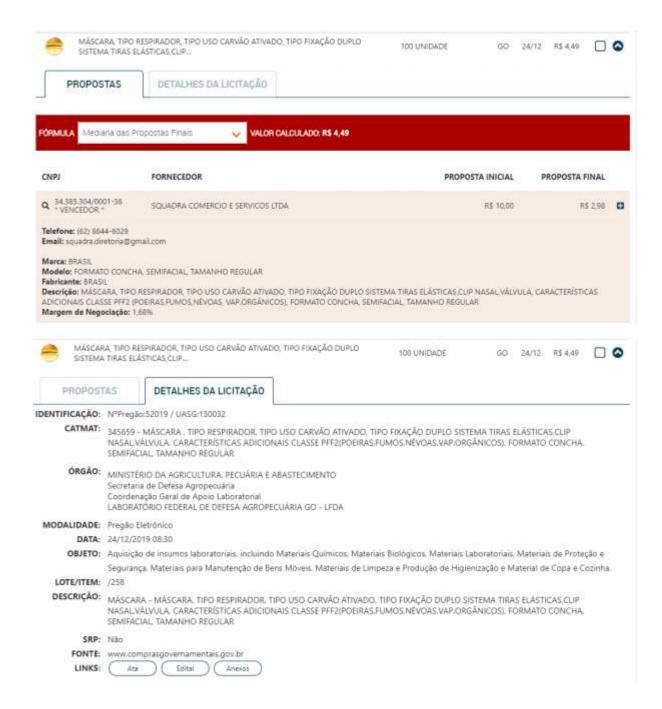




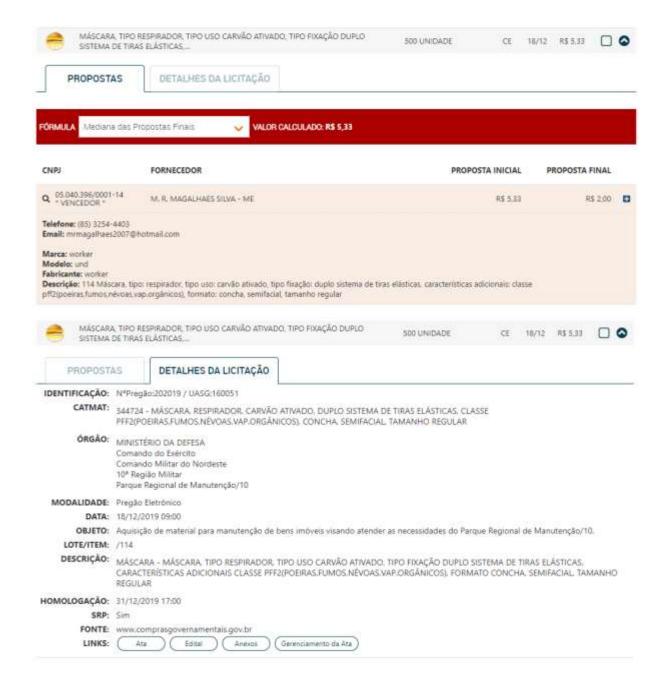












À luz da informação obtida através do Banco de Preços, esta Auditoria constata que das aquisições acima selecionadas, a menor mediana foi R\$ 1,97 (um real e noventa e sete centavos), enquanto a maior mediana foi R\$ 15,52 (quinze reais e cinquenta e dois centavos). A média das nove (medianas) selecionadas na pesquisa representa R\$ 5,81 (cinco reais e oitenta e um centavos).



Diante disso, este órgão técnico entende que assiste razão ao MPC junto a esta Corte, no tocante à evidência da prática de sobrepreço na aquisição em análise.

A Auditoria, contudo, entende pela necessidade da realização de novo cálculo do sobrepreço identificado, visto que a partir do menor e do maior valor das medianas acima citadas, tem-se o seguinte quadro:

Quadro 1 - Sobrepreço identificado

Valor unitário da aquisição (R\$)	Quantidade adquirida	Valor total da aquisição (RS)	1.00 m
54,99	40.000	2.199.600,00 (a)	: - :
Valor unitário com menor mediana (R\$)	(-)	Valor total com menor mediana (R\$)	Sobrepreço - Diferença (a-b)
1,97	40.000	78.000,00 (b)	2.121.600,00
Valor unitário com maior mediana (R\$)	-	Valor total com maior mediana (R\$)	Sobrepreço - Diferença (a-c)
15,52	40.000	620.800,00 (c)	1.578.800,00

Fonte: Pesquisa no Banco de Preços (consoante prints no corpo do relatório).

Em todas as hipóteses, fica evidenciada a ocorrência de sobrepreço do produto adquirido, o que poderá ser melhor detalhado na análise final de mérito, inclusive, mediante a remessa a este Tribunal, do respectivo procedimento licitatório e contrato para fins de análise da legalidade, visto que até o momento não há informações relativas à aquisição no sistema TRAMITA, como se observa na tabela elaborada considerando os procedimentos encaminhados desde 21 de março de 2020 (data da declaração de estado de calamidade) até a conclusão do presente relatório.



Tabela 1 - Processos licitatórios encaminhados pela Secretaria de Saúde do Estado após declarado o Estado de Calamidade Pública

		clarado o Estado	de Calamidade Pública
Processo TC nº	n° da licitação	Valor (R\$)	Objeto
05952/20	disp. 0086/2020	9.265.014,08	AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE.
06661/20	disp. 0088/2020	5.591.535,24	AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
06192/20	disp. 58/2020	653.104,62	AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICAMENTO (PEMBROLIZUMABE 100MG/4ML) A FIM DE ATENDER DEMANDAS JUDICIAIS DOS USUÁRIOS NEUSA MARIA GOUVEIA BESERRA E OUTROS.
07327/20	disp. 74/2020	2.255.931,72	AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICAMENTOS (ÁCIDO URSODESOXICÓLICO 150MG E 300MG, ELTROMOBOPAGUE OLAMINA 25MG E 50MG) PARA ATENDER USUÁRIOS CADASTRADOS NO CENTRO ESPECIALIZADO DE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - CEDMEX.

Fonte: Tramita

Contudo, em uma análise preliminar, esta Auditoria corrobora com as alegações do Ministério Público de Contas, no sentido da necessidade de emissão da cautelar pleiteada às fls. 3/18.



III. Conclusão

Por todo o exposto, a Auditoria sugere ao Augusto Conselheiro Relator:

- a) A emissão de medida cautelar para determinar ao Estado da Paraíba (Secretaria de Estado da Saúde ou qualquer outra unidade gestora) que se abstenha de promover qualquer ato administrativo visando o pagamento a NACIONAL COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI (CNPJ: 18.588.224/0001-21) em face da NE n° 05503;
- b) A adoção de medidas a fim de assegurar que o pleito emergencial não afete, em hipótese alguma a entrega do material, que deverá ser disponibilizado no prazo inicialmente acordado com a SES, com o objetivo de não deixar os profissionais de saúde sem a devida proteção individual, nem a população desassistida por tais profissionais;
- c) A notificação do Secretário de Saúde, Sr. Geraldo Antônio de Medeiros,
 para que providencie o encaminhamento do procedimento licitatório e o contrato decorrente, relativos ao empenho em exame;
- d) O envio de cópia desta Representação ao Ministério Público da Paraíba e ao Ministério Público Federal, para ciência e providências que entenderem cabíveis.

É na Constituição Federal que se encontra a moldura jurídica básica do controle da gestão pública brasileira. Merece destaque desde já o fato de que a destinação de todos os dinheiros do erário, por essa qualidade e origem, exige providências que assegurem da melhor forma possível o seu bom emprego, evitando quaisquer desvios de finalidade.



No ponto, uma informação ainda não aventada na representação e no relatório da Auditoria, embora conste da documentação juntada e examinada, é a origem dos recursos.

Pois bem, consta da nota de empenho (fl. 4), especificamente nos campos "Histórico" e "Dotação Orçamentária", ser o recurso proveniente de **convênio** e a fonte 272 - RECURSOS DO SUS TRANSFERIDO AO ESTADO, ou seja, advinda do Governo **Federal**, a custear a despesa, cuja análise da respectiva prestação de contas compete aos órgãos federais.

Vejamos a dicção da Constituição Federal de 1988:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do **Tribunal de Contas da União**, ao qual compete:

...

VI - fiscalizar a aplicação de **quaisquer recursos repassados pela União** mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

Outrossim, qualquer Tribunal de Contas, no âmbito do controle externo, deve examinar diversos aspectos - contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial - da gestão dos órgãos e entidades sob sua jurisdição, cotejando a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas (CF, art. 71).

Desde 5 de maio de 2000, com a entrada em vigor da Lei Complementar Nacional 101 – a conhecida "Lei de Responsabilidade da Gestão Fiscal" – alguns itens daqueles aspectos de gestão passaram a compor um subconjunto específico e consequentemente designado de "gestão fiscal".

Esta mesma lei outorgou aos Tribunais de Contas competência para alertar órgãos e entidades públicas no sentido didático de prevenir a ocorrência de irregularidades durante a execução orçamentária, sublinhando a figura do controle concomitante da Administração Pública. Vejamos o dispositivo:

Art. 59. ...

§ 1º. Os Tribunais de Contas **alertarão** os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:



V - fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Assim, este Tribunal de Contas do Estado pode alertar seus jurisdicionados quando identificar fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária, mesmo que os recursos sejam de origem federal, dado o alerta não ter conteúdo de julgamento mas de orientação pedagógica preventiva.

Sobre a cautelar, os Tribunais de Contas têm competência para editar medidas cautelares (tutela de urgência) com o objetivo de impedir lesão ao erário e garantir a efetividade de suas decisões, desde que presentes os requisitos exigidos para a adoção de tais medidas, quais sejam, a fumaça do bom direito (fumus boni juris) e o perigo na demora (periculum in mora). O primeiro, caracterizado na verossimilhança da pretensão de direito material e, o segundo, caracterizado na possibilidade da ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação. Este é o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF:

"PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. IMPUGNAÇÃO. COMPETÊNCIA DO TCU. CAUTELARES. CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO. 1- Os participantes de licitação têm direito à fiel observância do procedimento estabelecido na lei e podem impugná-lo administrativa ou judicialmente. Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada. 2- Inexistência de direito líquido e certo. O Tribunal de Contas da União tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação, determinar suspensão cautelar (artigos 4º e 113, § 1º e 2º da Lei nº 8.666/93), examinar editais de licitação publicados e, nos termos do art. 276 do seu Regimento Interno, possui legitimidade para a expedição de medidas cautelares para prevenir lesão ao erário e garantir a efetividade de suas decisões. 3- A decisão encontra-se fundamentada nos documentos acostados aos autos da Representação e na legislação aplicável. 4- Violação ao contraditório e falta de instrução não caracterizadas. Denegada a ordem. (STF – Pleno - MS 24.510/DF, Rel. Min. Ellen Grace, Diário da Justiça, 19 mar. 2004, p. 18)."

Nessa cognição sumária, vislumbra-se a presença de ambos os requisitos a atrair a emissão de alerta para Secretaria de Estado da Saúde no sentido de ser orientada a conferir os preços praticados na avença frente aos materiais adquiridos, antes do pagamento, sem prejuízo das comunicações aos órgãos federais sediados neste Estado, em razão da origem dos recursos ser de transferência da União.



Ressalte-se ser preciso garantir a aquisição dos equipamentos nessa época de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), na espécie as 40.000 máscaras respiratórias, categoria PFF2 com camada de carvão ativado com filtro tipo N95.

Ante o exposto, decido, acolhendo parcialmente os pedidos, no sentido de:

- I) CAUTELARMENTE, ALERTAR o Estado da Paraíba (Secretaria de Estado da Saúde ou qualquer outra unidade gestora) para que:
 - A) VERIFIQUE, através de pesquisa de mercado, aquisições por órgão/entidades ou outro meio efetivo, o valor adequado das 40.000 máscaras respiratórias, categoria PFF2 com camada de carvão ativado com filtro tipo N95 quando do pagamento, com recursos federais, à empresa NACIONAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (CNPJ 18.588.224/0001-21), com endereço na rua TUIUTI, 772, Petrópolis, Natal/RN, conforme Nota de Empenho 05503 e Nota Fiscal 5920, Chave de Acesso 24-2004-18.588.224/0001-21-55-001-000.005.920-151.800.512-3;
 - **B)** A ADOÇÃO de tais medidas não pode afetar, em hipótese alguma, a entrega do material, que deverá ser disponibilizado no prazo inicialmente acordado com a Secretaria de Estado da Saúde, com o objetivo de não deixar os profissionais de saúde sem a devida proteção individual, nem a população desassistida por tais profissionais.
- II) COMUNICAR o conteúdo da representação do Ministério Público de Contas, do relatório da Auditoria e desta decisão ao Ministério Público Federal, à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União, através de suas unidades neste Estado, bem como à Procuradoria Geral de Justiça.
- III) CITAR o Secretário de Estado da Saúde, Senhor GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS, oportunizando-se apresentar defesa sobre a representação, o relatório da Auditoria e essa decisão, bem como para que providencie o encaminhamento do procedimento licitatório e o contrato decorrente, relativos à aquisição em exame.

A decisão singular foi publicada na edição 2439 do Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas, datada de 08/05/2020 (fls. 182/183).

As citações e comunicações foram devidamente expedidas pela Secretaria do Tribunal Pleno e, atualmente, o processo encontra-se no estágio de apresentação de defesa e esclarecimentos.

Em razão das disposições regimentais, a matéria foi trazida à presente assentada, para fins de referendo da decisão singular proferida.



VOTO DO RELATOR

Nos processos sujeitos à jurisdição do TCE/PB, pode o Tribunal ou o Relator, à luz do que dispõe o art. 195, § 1º, do Regimento Interno, determinar, cautelarmente, a suspensão de procedimentos ou execução de despesas, até decisão final, se existentes indícios de irregularidade, que, com o perigo da demora, podem causar danos ao erário.

No caso em comento, depois de examinar os elementos constantes dos autos, foi vislumbrada, nessa instância de cognição sumária, a existência dos requisitos necessários à concessão da cautelar, para emitir **alerta** no sentido da Secretaria de Estado da Saúde verificar, através de pesquisa de mercado, aquisições por órgão/entidades ou outro meio efetivo, o valor adequado das 40.000 máscaras respiratórias, categoria PFF2 com camada de carvão ativado com filtro tipo N95 quando do pagamento, com recursos federais, à empresa NACIONAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (CNPJ 18.588.224/0001-21), ressalvando que tais medidas não poderiam afetar, em hipótese alguma, a entrega do material, a ser disponibilizado no prazo inicialmente acordado com a Secretaria de Estado da Saúde, com o objetivo de não deixar os profissionais de saúde sem a devida proteção individual, nem a população desassistida por tais profissionais.

A medida se mostrava adequada ante os elementos jurídicos e técnicos postos tanto pelo Ministério Público de Contas quanto pela Auditoria, sobre os indícios de prática de sobrepreço pelo fornecedor (fumaça do bom direito), e urgente, ante a iminência do pagamento, daí incompatível com o rito ordinário processual (perigo da demora). Depois de proferida a medida cautelar, cabe ao relator da matéria submetê-la ao colegiado competente para referendo, até a segunda sessão ordinária subsequente à decisão monocrática proferida. Vejam-se as disposições regimentais sobre a temática:

- *Art.* 7°. Compete privativamente ao Tribunal Pleno:
- *I deliberar originariamente sobre:*
- e) inabilitação de responsável, inidoneidade de licitante e **referendo** ou **rejeição** de **medidas cautelares** nos processos de sua competência, nos termos deste Regimento;
 - Art. 87. Compete ao Relator:
- X expedir medida cautelar a ser submetida ao colegiado competente, para referendo, até a segunda sessão ordinária subsequente à decisão monocrática.

Diante do exposto, levando em consideração que não houve qualquer mudança processual, VOTO no sentido de que os membros desta egrégia Segunda Câmara decidam REFERENDAR a Decisão Singular DSPL - TC 00015/20.



DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO DO TCE-PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processos TC 09043/20**, referentes à análise da representação manejada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, através dos Procuradores MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO, MARCÍLIO TOSCANO FRANCA FILHO e LUCIANO ANDRADE FARIAS em face da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, sob a gestão do Secretário, Senhor GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS, em razão da aquisição de Equipamento de Proteção Individual - EPI, em caráter emergencial, para atender as necessidades ao combate da pandemia de infecção humana, pelo coronavírus, com recursos do convênio incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial - C/C 13.581-X, junto à empresa NACIONAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (CNPJ 18.588.224/0001-21), com endereço na rua TUIUTI, 772, Petrópolis, Natal/RN, especificamente, 40.000 máscaras respiratórias, categoria PFF2 com camada de carvão ativado com filtro tipo N95, ao preço unitário de R\$54,99, totalizando R\$2.199.800,00, **ACORDAM** os membros do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), à unanimidade, nesta data, conforme voto do relator, em **REFERENDAR** a medida cautelar proferida por meio da **Decisão Singular DSPL - TC 00015/20**, nos termos do art. 7°, inciso I, alínea 'e', do Regimento Interno do TCE/PB.

Registre-se e publique-se.

TCE – Sessão Remota do Tribunal Pleno.

João Pessoa (PB), 20 de maio de 2020.

Assinado 21 de Maio de 2020 às 22:16



Cons. Arnóbio Alves Viana PRESIDENTE

Assinado 20 de Maio de 2020 às 21:27



Cons. André Carlo Torres Pontes RELATOR

Assinado 24 de Maio de 2020 às 22:41



Manoel Antonio dos Santos Neto PROCURADOR(A) GERAL